



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

REUNIÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPMA COM O SINDSEMP/MA e ASFUPEMA/MA

1. Informações Gerais

- Data: 25 de agosto de 2014
- Horário: 10 horas
- Local: Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça
- Participantes:
 - Lista de presença em anexo

2. Pauta da Reunião

Analisar, juntamente com os representantes do SINDSEMP-MA e ASFUPEMA, a pauta de reivindicações do sindicato e da entidade classista para o ato do dia 29 de agosto de 2014 (cópia em anexo).

3. Síntese da Reunião

3.1. Implantação administrativa dos 21,7%: ficou definido que o sindicato encaminhará expediente à Procuradora-Geral de Justiça solicitando tratamento isonômico ao dado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão quanto ao pagamento dos 21,7% aos seus servidores;

3.2. Criação do auxílio-saúde (Criação de atendimento de saúde regionalizada para servidores): Ficou definido que a partir de janeiro de 2015, quando o orçamento já estiver consolidado, terão início as tratativas para elaboração da lei de criação do auxílio-saúde e do ato regulamentar que definirá seu valor, ficando inviável momentaneamente a regionalização do atendimento médico;

3.3. Elevação do auxílio-alimentação: O sindicato requereu a reposição inflacionária do valor do auxílio. A Administração fará um **estudo** com a proposta inicial de reposição no percentual de 6% (seis por cento);

3.4. Regulamentação dos plantões: a Administração informou que atualmente o que foi requerido de início pelo sindicato está sendo cumprido, ou seja, o plantão ocorre apenas na capital e os assessores dos promotores que os acompanham durante os plantões, não havendo ainda escala de plantão de servidores do quadro lotados no interior do Estado;

3.5. Regulamentação do concurso de remoção: a Administração entende ser possível a edição de um ato regulamentar para disciplinar a matéria, no entanto, o sindicato deve previamente apresentar uma **proposta** contendo os termos dessa regulamentação, notadamente quanto à definição do critério para preenchimento das vagas de remoção entre os atuais servidores e os nomeados do concurso público;

3.6. Ampliação do período de gozo do banco de horas: o sindicato propõe o aumento do período para 1 (um) ano do fato gerador no banco de horas. A Administração informou que já existe uma comissão formada para revisão do ato



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

regulamentar que disciplina o ponto eletrônico e que esse aspecto do banco de horas será objeto de análise;

3.7. Curso de aperfeiçoamento para os servidores do interior, realizados regionalmente: a Administração informou que a Promotora de Justiça Ana Teresa Silva de Freitas assumiu há pouco tempo a direção da Escola Superior do Ministério Público e que desde então tem realizado cursos com base na proposta que recebeu da Coordenadoria de Gestão de Pessoas. Informou que recentemente foram oferecidos cursos em Imperatriz e Timon. Solicitou que o próprio sindicato apresentasse essa demanda de cursos das comarcas do interior para a ESMP;

3.8. Criação da Gratificação de Atividade Externa (GAE) no percentual de 35% (Regulamentação das atividades de diligências): o sindicato sugere a extinção da gratificação de risco de vida e a criação da GAE para todos aqueles que exercem atividade externa. Segundo a Administração isso depende de alteração na lei e posterior edição de ato regulamentar. O sindicato ficou de se reunir com a categoria em assembleia e apresentar **minuta de proposta**, inclusive sobre a alternativa de mudança da nomenclatura dos cargos de Técnico Ministerial-Execução de Mandados para Oficial de Promotoria ou algo similar, bem como a definição da atividade específica;

3.9. Gratificação eleitoral: a Administração informou ao sindicato sobre a inviabilidade de concessão dessa gratificação, informando que pode orientar os Promotores Eleitorais para que requisitem os servidores da Justiça Eleitoral e não utilizem os servidores da promotoria para esse tipo de atividade, e que caberia aos servidores das promotorias requererem judicialmente a gratificação perante a Justiça Eleitoral, em virtude de ter natureza federal;

3.10. Adicional de Qualificação para servidores em estágio probatório: a Administração informou que depende de alteração na lei, sendo inviável no momento em virtude da recente aprovação da lei que implantou o adicional de qualificação, devendo esse item da pauta ser discutido num período mais à frente;

3.11. Transformar 300 cargos comissionados em cargos efetivos: o sindicato ressalta que atualmente o quantitativo de cargos comissionados (611) é superior ao de cargos efetivos (597). O sindicato sugere a criação de núcleos regionalizados com servidores efetivos em diversas especialidades que atendam a diversos Promotores de Justiça. A Administração informou que já foi feito um estudo junto com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas sobre a necessidade de cargos efetivos no órgão, no entanto, em função da aproximação do limite prudencial (1,84) com despesa de pessoal, não foi possível neste ano apresentar ao Legislativo a proposta de criação de novos cargos. A expectativa da Administração é aumentar paulatinamente a quantidade de servidores efetivos, de modo que sua quantidade supere a de comissionados.

Esgotada a pauta de reivindicações, ficou definido que a próxima reunião será no dia 19 de setembro de 2014 (sexta-feira), sendo que haverá um encontro prévio no dia 01 de setembro de 2014 (segunda-feira) para que o sindicato apresente à Administração Superior as propostas definidas na presente reunião. Por fim, a Procuradora-Geral de Justiça declarou encerrada a reunião.

LISTA DE PRESENTES E PAUTA EM ANEXO.

“2014 – Ano Internacional da Agricultura Familiar”